

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- **ATA NÚMERO TRÊS** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um reuniu, nas instalações do Grupo Sportivo Adicense, sitas na Rua de São Pedro, número vinte, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, Zulmira Guterres dos Santos, Lourenço Paour Miguel Costa e Isabel Fernanda Moura e Sá Costa. -----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Eduardo Manoel Pires da Silva. -----

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Catarina Bendito de Medeiros. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Sá Costa. -----

----- Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Eduardo Pires da Silva. -----

----- Às dezoito horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se o Executivo tivesse condições de responder às questões colocadas poderia fazê-lo de imediato. Se não tivesse os dados suficientes para transmitir a resposta com clareza, ela seria depois enviada para o domicílio, para a morada que identificassem. -----

----- **Freguesia Andréa Freire** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu venho falar em nome da associação cultural ULCC, União Lisboeta Carnaval e Cultura e do coletivo ativista Colombina Clandestina, que organiza anualmente a sua performance cortejo, já há cinco anos, entre as zonas de Alfama e de São Vicente. -----*

----- *Na última edição, que foi em 2020, a gente realizou uma performance que trouxe mais de sete mil pessoas aqui para essa região e nós estamos já nos planeamentos para o ano que vem, para, se tudo der certo, a realização da nossa próxima performance. -----*

----- *É por isso que eu venho aqui hoje. Nós já contamos com o apoio da Junta de Freguesia de São Vicente e também da APA e nós gostaríamos de poder apresentar o nosso projeto e contar com o apoio também da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. -----*

----- *Para além da performance cortejo nós realizamos um trabalho voltado à comunidade durante todo o ano. Nós oferecemos práticas artísticas, tanto de -----*

percussão, expressão cultural, circo e de sopros e metais, que também estão disponíveis e abertas para a participação popular.-----

----- *De forma geral o que nós gostaríamos de apoio da Junta de Freguesia é relativamente às casas de banho na região porque infelizmente a gente tem uma questão, é um público muito alto que vem participar da performance e como as casas de banho costumam estar fechadas geram um problema tanto para os participantes, que passam muito tempo à espera, quanto também para os moradores da zona, que a gente tem essa consciência por causa do xixi na rua, essas coisas.*-----

----- *Então fica aqui a solicitação e também se possível marcar um horário com o Senhor Presidente para que a gente pudesse apresentar esse projeto.*”-----

----- **O Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que a freguesia tinha falado consigo já em tempos passados. Sucedia que o cortejo foi feito, pelo menos na última edição, sem o consentimento legal e sem licenciamento da Junta e sob um contexto de queixas de muitos moradores no bairro, nomeadamente perante o contexto caótico que o cortejo deixou. Do ponto de vista do lixo até garrafas de vinho e cerveja viram a navegar no Chafariz de Dentro.-----

----- Era um cenário que como alfamista e residente no bairro em vinte e seis anos não lhe agradara e muito menos como autarca na Junta de Freguesia.-----

----- Do ponto de vista formal, caso existisse a intenção de no próximo ano fazer o cortejo, a Junta de Freguesia estaria em condições de auscultar e perceber as condições em que pudesse ser licenciado.-----

----- Não havia nenhum tipo de crítica cultural, carnavalesca, da tipologia cultural do evento, até lhe agradava, tinha era que cumprir os procedimentos legais a que estavam obrigados.-----

----- Na última edição tinha assistido à passagem pelo bairro e deixara muito a desejar nos seus contornos logísticos, organizativos, ortodoxos, perante aquilo que era a cultura do próprio bairro. No final do desfile o cenário em Alfama era caótico do ponto de vista da higiene urbana, ao qual a Junta de Freguesia teve que responder sem ter licenciado, senão iriam pagar os moradores e quem habitava no bairro.-----

----- Era uma questão que devia priorizar a interpretação no próximo ano, caso houvesse a intenção de voltar a realizar o evento com o consentimento da Junta e dentro dos procedimentos legais.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que teriam de continuar a acompanhar as orientações e diretrizes da Direção Geral de Saúde, onde necessariamente teriam que em primeira instância ser avaliadas, até atendendo ao número que se podia voltar a repetir, mas parecia que as portas estavam abertas desde que cumprissem as regras definidas e que assumissem a responsabilidade de acordo com o que a autarquia local identificava. Parecia existir essa possibilidade.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que qualquer pedido desse género tinha que ser formalmente dirigido à divisão de licenciamento de espaço público da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, a funcionar na Rua das Farinhas e onde devia ser apresentado o trajeto, o tempo, isso tudo e só a partir daí podiam fazer uma análise. Isso sem prejuízo de estarem disponíveis para reunir e conversar numa perspetiva de colaboração geral e tendo em conta até as vastas áreas de intervenção, certamente muito interessantes e que porventura poderiam suscitar algum trabalho conjunto.-----

----- **Ponto 1 – Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento de ter sido rececionado um voto de saudação enviado pelo cabeça-de-lista do CDS na Assembleia de Freguesia, Jorge Madrugo Garcia.-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- Ao 25 de Novembro -----
----- Comemorou-se recentemente o 46.º aniversário do 25 Novembro de 1975, movimento que determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, consolidando o processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. -----
----- O povo português soube rejeitar uma visão aventureira e autocrática de Portugal. O povo português conseguiu romper com uma ditadura de 46 anos e aceitar um caminho que impediu um novo regime autocrático de sinal contrário. Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. -----
----- Neste contexto, importa salientar o contributo dos diferentes partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo e diferentes quadrantes políticos. -----
----- Saudar o 25 de Novembro é também homenagear figuras relevantes como Ramalho Eanes, Melo Antunes, Francisco Sousa Tavares, Edmundo Pedro, Mário Soares, Jorge Sampaio, Raul Rego, José Medeiros Ferreira, Francisco Salgado Zenha, Francisco Sá Carneiro, Carlos Mota Pinto, Emídio Guerreiro, Diogo Freitas do Amaral, João Morais Leitão, Francisco Lucas Pires e Adelino Amaro da Costa, que com a sua inspiradora combatividade, tornaram possível que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto, livre e tolerante, integrado na União Europeia.
----- É sob o signo dessa unidade democrática feita pela história que celebrámos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo, assinalando este momento, como um dia de liberdade, tolerância e democracia. -----
----- Assim, a representação do CDS nesta Assembleia, propõe à Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 10 de Dezembro de 2021 em Sessão Ordinária:-----
----- Aprovar um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram Portugal no caminho da Democracia, da Paz e da Liberdade, iniciada a 25 de Abril de 1974. -----
----- Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral cumprir o seu dever, bem como prestar homenagem àqueles que tomaram em defesa da liberdade. -----
----- Eleito pelo CDS - Jorge Madrugo Garcia-----”
----- **Membro Jorge Garcia (CDS-PP)** disse que mais do que ler a proposta de voto era ler um pequeno texto de alguém que melhor interpretava o sentido desse voto: -----
----- “A maior parte dos leitores jovens de hoje talvez não saibam do que se trata, é história contemporânea de Portugal, uma data tão importante para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista que hoje temos como a revolução dos cravos. -----
----- Não tenho nenhum gosto de levantar polémicas passadas, mas a verdade é que a memória histórica não deve ser esquecida, sobretudo quando os responsáveis de termos estado à beira de uma guerra civil, o Partido Comunista e a esquerda radical, nunca fizeram uma autocrítica séria do seu comportamento passado, como lhes competia. Pelo contrário, continuam a pensar que o 25 de Novembro foi uma contra-revolução que impediu que Portugal fosse uma Cuba europeia. -----
----- Onde estariam hoje esses responsáveis e os seus herdeiros se tivessem ganho? Seguramente não viveriam tão bem e em paz como felizmente hoje vivemos. -----
----- Mário Alberto Nobre Lopes Soares à revista Visão em 2-12-2010.” -----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao 25 de Novembro”**, apresentado pelo

CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD) e 3 votos contra (PCP, PEV e BE).-----

----- **Recomendação** -----

“-----*Limpeza Urbana na Freguesia de Santa Maria Maior*-----

----- *A Freguesia de Santa Maria Maior abrange na sua área de intervenção a maior parte do centro histórico da cidade, onde se situam alguns dos locais mais visitados. --*

----- *A pressão turística tem vindo a originar profundas alterações na ocupação habitacional e comercial do território e é neste contexto que a limpeza urbana na freguesia se tem vindo a degradar de forma notória. -----*

----- *Percorrendo Santa Maria Maior, verifica-se uma preocupação mais evidente com a limpeza das áreas centrais, não acontecendo o mesmo em relação ao interior da malha urbana dos bairros, onde diariamente se amontoam sacos de lixo, cartões e “monos” junto aos contentores e em diversos becos, esquinas e arruamentos.-----*

----- *É pois necessário que sejam tomadas medidas urgentes para corrigir esta situação. -----*

----- *Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida em sessão de 10 de Dezembro de 2021, delibere aprovar recomendar à Junta de Freguesia:-----*

----- *1. O reforço das equipas de limpeza, de modo a cobrir a totalidade da freguesia; -*

----- *2. A colocação junto aos contentores, de informação sobre a obrigatoriedade do depósito de lixo naqueles equipamentos, dando a conhecer as consequências legais do seu incumprimento; -----*

----- *3. Uma intervenção junto da Câmara Municipal, no sentido de instalar contentores subterrâneos sempre que possível, bem como de melhorar a eficácia da recolha de lixo; -----*

----- *4. Promover uma grande Campanha de Sensibilização destinada a moradores, comerciantes, proprietários de edifícios de uso turístico e visitantes da freguesia, para um correcto acondicionamento e depósito do lixo. -----*

----- *Os Eleitos CDU - Eduardo Silva (PCP) Hugo Duarte (PEV)-----*

----- *Lisboa, 10 de Dezembro de 2021 -----”*

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que essa recomendação se focava num tema que os eleitos da CDU tinham levantado recorrentemente nas Assembleias de Freguesia e que se prendia com a limpeza urbana na Freguesia de Santa Maria Maior.-----

----- Constatava-se que esse problema se tinha agudizado, fundamentalmente no interior dos bairros, onde se acumulava lixo, cartões, monos. Aí verificava-se que a limpeza urbana não tinha a mesma eficácia que nas zonas turísticas, nas zonas mais visitadas, e era importante que houvesse uma atenção à totalidade do território de Santa Maria Maior no respeitante a higiene urbana.-----

----- Nesse sentido os eleitos da CDU propunham que a Assembleia deliberasse recomendar à Junta de Freguesia o reforço das equipas de limpeza de modo a cobrir a totalidade da Freguesia, colocar informação junto dos contentores sobre a obrigação do depósito de lixo nesses equipamentos, assim como dar a conhecer as consequências legais do desrespeito dessas normas, intervir junto da Câmara Municipal com vista à instalação sempre que possível de contentores subterrâneos, assim como melhoramento na eficácia da recolha de lixo. O último ponto era promover uma campanha de sensibilização destinada aos moradores, comerciantes, proprietários de edifícios de uso turístico e de visitantes relativamente a essa questão do lixo, do seu correto acondicionamento e depósito.-----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que queria antes de mais agradecer o cuidado e a preocupação da CDU e pedir aos signatários das recomendação, se assim o entendessem, que a votação pudesse ser feita por pontos. -----

----- Não estavam de acordo com toda a recomendação mas concordavam com a preocupação em relação à higiene urbana, com todo o cuidado que havia a ter. Se fosse possível e os signatários estivessem de acordo, que fosse votado por pontos. -----

----- A questão era com ponto 1 e com a forma como estava apresentada a recomendação, o reforço de equipas pelo território da Freguesia, mas o território da Freguesia era totalmente coberto pelos serviços de higiene urbana da Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que não tinha consigo o texto e isso era da sua responsabilidade porque ele foi enviado, mas tinha essa dificuldade de não ter o texto a acompanhar. Se pudessem assinalar ponto a ponto agradecia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação “Limpeza Urbana na Freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 9 votos contra (PS e PSD), 3 votos a favor (PCP, PEV e BE) e 1 abstenção (CDS-PP). -----

----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Recomendação “Limpeza Urbana na Freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Recomendação “Limpeza Urbana na Freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Recomendação “Limpeza Urbana na Freguesia de Santa Maria Maior”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“A razão de ter votado contra no ponto 1 é porque eu precisaria de estudar em que condições de trabalho é que as pessoas estão, qual o currículo dos funcionários e as suas habilitações e porque é que as coisas funcionam da maneira que funcionam, não é com números.* -----

----- *Ou seja, este mais reforço é muito abstrato e por isso não podia votar a favor de algo que eu não estou exatamente a perceber e não está devidamente caracterizado. É só isso.* -----

----- *Claro que acho que a higiene urbana deve ser reforçada, mas não assim. Tem que se perceber exatamente do que é que estamos a falar.”* -----

----- **Recomendação** -----

“----- *Pela Urgente Celebração de Novos Contratos Interadministrativos de Higiene Urbana*-----

----- *A reorganização administrativa de Lisboa incrementou uma multiplicidade de tarefas cometidas às freguesias no concelho de Lisboa, e conseqüentemente a necessidade de recorrer a instrumentos jurídicos, com o propósito da prossecução conjunta dos fins públicos executados por cada entidade administrativa.* -----

----- *Neste contexto territorial e político colocou-se o desafio de encontrar formas de articulação e de cooperação interadministrativa para responder a um pluralismo de interesses e legitimidades nos tempos atuais.* -----

----- *Nesse sentido, foram celebrados em 2019 contratos interadministrativos de cooperação com as freguesias da cidade para a área da Higiene Urbana tendo como objetivo garantir uma gestão assente na otimização da utilização das infraestruturas e recursos, com incidência na limpeza de vias e espaços públicos da freguesia, bem como recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, ecopontos subterrâneos e vidrões.* -----

----- *A vigência daqueles contratos é coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa e uma vez que se iniciou um novo mandato autárquico é urgente a celebração de novos contratos.* -----

----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida na sessão ordinária de 10 de dezembro de 2021, delibera recomendar á Câmara Municipal de Lisboa que efetue com a máxima urgência as diligências necessárias para a celebração de novos contratos interadministrativos entre o Município de Lisboa e as 24 freguesias da cidade.* -----

----- *Lisboa, 7 de Dezembro de 2021*-----

----- *PI 'Os eleitos pelo Partido Socialista - Carlos Dias Torres* ----- ”

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que a recomendação era uma preocupação de todos, do Executivo, da bancada e pelo que entendera era também uma preocupação da Coligação “Novos Tempos”, também em linha com a anterior recomendação da CDU em relação à higiene urbana. -----

----- Era uma recomendação que ia ao encontro do papel que a Junta de Freguesia assumia perante o cidadão pela higiene urbana, pelo melhor ambiente, pelas melhores condições de vida e especialmente no período que se passava e que nem sabia se era de Covid ou pós-Covid, mas um período difícil para todos e que tinham de olhar o ambiente e a saúde dessa forma. -----

----- Havia uma preocupação na manutenção dos serviços de higiene urbana com o esforço conjunto que a Junta de Freguesia desenvolvia com a Câmara Municipal de Lisboa e que era necessário reforçar, desenvolver e manter. Um esforço que precisava ser de todos e de estarem atentos porque a retoma da economia iria depender disso mesmo. As preocupações em relação à saúde e ao ambiente passavam por aí e a recomendação apresentada estava em linha com uma preocupação de todos. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que a sua intervenção ia no sentido de justificar o voto dos eleitos da CDU relativamente a essa recomendação. -----

----- Como era possível constatar pela recomendação apresentada anteriormente, a higiene urbana estava no centro das preocupações da CDU e era também por essa razão que entendiam ser uma competência que não deveria ser descentralizada para as Juntas de Freguesia e sim integralmente assumida pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em coerência com a recomendação apresentada pela CDU na Assembleia Municipal de Lisboa no passado dia 23 de novembro, onde se recomendava que essas competências de higiene urbana regressassem ao serviço da CML, apenas por esse motivo, em coerência com a postura adoptada e que defendiam relativamente a esse tema, teriam que votar contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Pela Urgente Celebração de Novos Contratos Interadministrativos de Higiene Urbana”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE) e 2 votos contra (PCP e PEV) -----

----- Continuando, disse que tinha dois requerimentos entregues pelos Membros do PCP e do PEV, seriam entregues ao Executivo da Junta de Freguesia para que no prazo legal procedesse à verificação e pronúncia sobre o que constava dos requerimentos. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que havia um concurso e já tinha passado por isso em algumas empresas, sabia que as coisas não eram fáceis, mas saber se houve o cuidado de todos os funcionários terem acesso a saberem que havia o concurso e a possibilidade de entrarem para os quadros, se podiam garantir que todos tiveram essa informação e as mesmas condições de candidatura. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a informação que tinha, acompanhando os documentos, era que a publicitação dos atos na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior cumpria o que estava definido na Lei, sendo colocado no seu site oficial e sendo publicado depois nos lugares habituais. -----

----- Se houvesse algum dado adicional depois e se a Membro Sandra Gadanho desejasse consultar o processo ou fazer questões, os serviços da Junta de Freguesia poderiam auxiliar. Tinha sido essa a prática, fazer a identificação junto dos serviços do que ocorria e como. Era mais fácil do que estar ali a servir de interlocutor. Era uma prática de portas abertas que tinham.-----

----- **Membro Eduardo Pires da Silva (PCP)** disse que queria apenas fazer uma clarificação aos dois requerimentos entregues. -----

----- No âmbito da presença e da passagem pelos postos de limpeza verificou-se que longos anos a essa parte havia carências e um dos motivos era precisamente saber em que pé estavam essas melhorias e qual era a possibilidade delas se efetivarem.-----

----- A outra era a aplicação do suplemento de penosidade e insalubridade. Interessava saber quantos trabalhadores eram atingidos, quais os níveis de suplementos aplicados e se os valores estavam de acordo com o previsto na Lei indicada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de acordo com a Lei e tendo sido os requerimentos direcionados à sua pessoa tinha que proceder à sua identificação e encaminhar para o Executivo, que depois teria que enviar a resposta por escrito ou, caso decorresse o prazo ainda ali, noutra momento da Assembleia em próxima convocatória.

----- **Ponto 2 – Aprovar a Proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2021-2025;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinham recebido vários contributos, que foram divididos numa avaliação rápida que fizeram. Recebeu-se um contributo dos eleitos da CDU que decorria da Lei, era um melhoramento e devia ser aceite se assim concordassem. -----

----- Em relação às propostas enviadas pelo BE, eram três. Uma no artigo 17º, que de acordo com aquilo que estava definido achava-se, numa breve auscultação, dever manter a estrutura existente atualmente dos trinta minutos no princípio e trinta minutos no fim e não fazer um aumento dos setenta. Tinham a prática e o hábito, sempre que existia população e se necessário, já o fizeram no mandato anterior, realizar sessões da Assembleia de Freguesia específicas para os pontos em que existisse população.-----

----- Falando com a Membro Catarina de Medeiros já lhe tinha dado nota dessa opinião, deveria ser formalmente reprovado mantendo a redação que tinha atualmente. No entanto, perguntava se o acompanhavam nessa avaliação.-----

----- Sobre a proposta de inclusão no número 2 do artigo 27º, isso parecia não ter nada de extraordinário. A Junta de Freguesia já colocava no seu sítio oficial. Era daqueles que podiam aceitar. -----

----- O terceiro ponto era aquele em que objetivamente existia uma dualidade de critérios na avaliação. Solicitava-se a introdução de um novo número 3: “Que as Assembleias de Freguesia ordinárias e extraordinárias devem ser transmitidas em direto, em plataforma digital oficial e gravadas para posterior consulta no site online da Junta de Freguesia.”-----

----- Aí não existia unanimidade. Tinha feito vários contactos e algumas pessoas consideravam que devia ser, outras entendiam que não. -----

----- Existia uma dificuldade que se passou numa outra autarquia local, relacionada com a vontade dos herdeiros de alguém que faleceu no decurso do mandato e que entendia que não deveriam ficar presentes as imagens e o som do seu familiar após o óbito.-----

----- Sugeriu que não introduzissem de imediato essa alteração e comprometia-se a falar com todos para não estar a favorecer de momento uma votação que iria ocorrer de forma negativa, tentando encontrar uma orientação mais comum. Não era uma matéria fácil, a redação que estava colocada era demasiado extensa sobre aquilo que tinham sido os preceitos habituais. -----

----- Se concordassem, dariam o Regimento para poderem estar em funcionamento legal já com as alterações que foram aprovadas. Existia uma alteração logo no início do documento que identificava o momento em que tomaram posse, na decorrência das eleições o dia 26 de setembro, era uma alteração obrigatória. Agendava com todos uma reunião antes da próxima Assembleia de Freguesia, preferencialmente presencial e não online no dia anterior à Assembleia ou, se preferissem, no próprio dia. -----

----- A proposta que fazia era essa, aprovavam a entrada do Regimento, à exceção desse ponto 3, e reuniam antes da próxima Assembleia de Freguesia em hora e dia a acertar para conversar, sabendo que existiam pessoas que se opunham ao registo da sua imagem na Assembleia de Freguesia. Não era o momento adequado e podiam fazer isso com os líderes de cada um dos grupos em reunião formal. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que tinha um pequeno esclarecimento em relação ao ponto 2, em que o objetivo de reforçar no texto as plataformas digitais oficiais era que fosse feita uma publicação das Assembleias não só no site mas também nos outros canais de internet como o facebook e instagram. Parecia pertinente não só no site oficial mas também nas outras plataformas utilizadas pela Junta e esse seria um dos objetivos no reforço do ponto 2. -----

----- Em relação ao ponto 3, esclarecer que as sessões da Assembleia de Freguesia eram públicas e partindo desse pressuposto todos os Membros da Assembleia estavam dispostos a que fossem vistas e assistidas. Não havia nenhuma forma legal de opor a essa transmissão e gravação. A Lei dos direitos de imagem existentes, sendo uma sessão pública essa Lei não se verificava. -----

----- Tinha pena que não pudesse ter havido uma discussão antes da reunião, que assim tinha entendido e parecia-lhe que outros Membros tinham entendido, que essa discussão seria feita antes da presente sessão para poderem funcionar com o Regimento já com todas as propostas colocadas. -----

----- Não concordava com uma votação sem ter havido esse período de discussão com todos os Membros, como tinha sido acordado e falado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha que fazer uma pergunta porque parecia haver duas posições muito simples. Uma posição era não realizarem a votação e continuavam a trabalhar com o Regimento, era assim que a Lei determinava até ser aprovado o próximo. Se ninguém tivesse nada a opor o ponto 2 ficava suspenso e prosseguia para a próxima Assembleia de Freguesia. Dessa forma teriam clarificada a posição. -----

----- Perguntou se alguém se opunha a essa proposta. Não existindo, disse que por deliberação do plenário da Assembleia de Freguesia o ponto 2 da ordem de trabalhos estava suspenso e seria retomado em próxima convocatória. -----

----- **Ponto 3 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2022 (Proposta nº 17/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou à Assembleia se permitia a intervenção da Doutora Filomena Marques no caso de ser necessário, tendo obtido essa autorização. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Doutora Filomena era a chefe de divisão dos serviços financeiros e de contabilidade e de recursos humanos da Junta, foi quem fez a elaboração técnica do Orçamento. Com as exigências da legislação era

muito técnica e muito complicada a sua leitura, a descodificação do próprio Orçamento, de maneira que era impossível não dar contributos sem a Doutora Filomena. Naturalmente que o conteúdo político era do Executivo da Junta. -----

----- Necessariamente era um Orçamento de recessão face aos anteriores. Não obstante boas perspectivas criadas em reuniões que já tiveram com a nova gestão municipal, particularmente tinha solicitado uma audiência ao Senhor Presidente da Câmara e também tinha havido uma reunião convocada pelo Senhor Presidente da Câmara com todos os Presidentes de Junta de Freguesia e não obstante boas perspectivas que se abriram nessa matéria havia ainda uma grande indefinição em relação ao futuro, sobretudo na componente do diálogo financeiro que havia com a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- De momento a Câmara era devedora perante a Junta em mais de um milhão de euros, fruto de contratos administrativos e protocolos que foram celebrados com a Câmara e que não foram cumpridos ainda na anterior gestão. Não havia uma crítica em relação à atual gestão, não foram cumpridos pela anterior gestão no último ano do mandato, uma vez que surgiu a pandemia e certamente teriam acontecido dificuldades de cumprimento em algumas responsabilidades mas que correspondiam a serviços que prestaram e que gastaram. Portanto, tinham que ser ressarcidos para poder desenvolver todas as atividades que faziam e que muito satisfiziam, para benefício da população. --

----- Era um Orçamento preparado no quadro dessa indefinição, mais restritivo do que nos anos anteriores, havendo a expectativa que fosse possível fazer uma revisão orçamental. A obrigatória seria em abril, na altura da apresentação das Contas e a inclusão do saldo de gerência no ano corrente, mas que também tivessem a sorte de poder já nessa altura incorporar a concretização da dívida da Câmara e porventura até a assunção de novos compromissos. -----

----- Tinha assistido muito interessado a algumas reflexões que foram feitas sobre a higiene urbana, sobre a qual gostaria de dizer o seguinte: se não tivesse havido reforma administrativa os serviços em matéria de higiene urbana eram muito piores do que aqueles que foram prestados. -----

----- Era a primeira questão que queria confrontar a Assembleia e porventura uma posição ideológica por parte do Partido Comunista que compreendia e respeitava mas que até nem era coerente em relação à própria moção que apresentaram e ao sentido da votação que fizeram. -----

----- Aliás, era curioso que o único Presidente de Junta do Partido Comunista da Cidade de Lisboa, fazendo exatamente o mesmo discurso, assinou na mesma o contrato interadministrativo e portanto aceitou cumprir essas tarefas que o Partido Comunista dizia que não deviam ser acometidas às Juntas de Freguesia. Certamente também seria credor junto da Câmara de uma verba substancial, porque o incumprimento não foi só para com Santa Maria Maior, foi com todas as Freguesias da Cidade de Lisboa. -----

----- Seria absolutamente pior por uma razão muito simples, o que estava na Lei dizia que as Freguesias apenas lavavam e varriam o seu território e que toda a recolha de lixo era da responsabilidade da CML. -----

----- Desde que foi criada Santa Maria Maior e de que era o primeiro Presidente, por opção própria gestonária começou-se a recolher lixo durante o dia com os recursos que tinham, uma volta de manhã e outra volta à tarde, certamente insuficiente mas ajudando a que apesar de tudo as coisas ficassem melhor. O contrato interadministrativo permitira intensificar esse serviço com voltas permanentes, a recolha de lixo da Junta durante o dia nunca parava, a menos que houvesse uma avaria na viatura de serviço ou algum pessoal que nesse dia não pudesse ir trabalhar, por doença ou qualquer outra situação, coisa que felizmente era raro acontecer. -----

----- Em regra à segunda-feira estava muito mau porque a Câmara não recolhia ou recolhia só em parte da Freguesia, acumulava tudo. Podia haver uma situação de mau funcionamento à noite na recolha de lixo e ficavam com a “batata quente” para o dia seguinte. Portanto, devia dizer a toda a Assembleia de Freguesia que se esse contrato interadministrativo não fosse recriado a situação da higiene urbana seria muito pior na Freguesia de Santa Maria Maior, como seria em Lisboa. -----

----- Já tinha havido oportunidade de transmitir essa preocupação ao Senhor Presidente da Câmara, que a compreendeu e que se comprometeu a tentar resolver o assunto. Aliás, a sua resposta foi que “isto tem que ser resolvido”. Não era uma crítica, a conversa tinha três ou quatro dias, estava-se à espera que fosse resolvido para continuar a garantir esse serviço.-----

----- No âmbito das competências da Junta já cobriam o território todo e bem. Seria porventura por isso que o PS rejeitou o ponto número 1 da recomendação apresentada pela CDU. Não havia necessidade de cobrir o território porque ele já estava coberto. O que havia necessidade era de poderem continuar a garantir o serviço extra que faziam, aí por delegação de competências da Câmara, ou se teriam que voltar ao princípio e ter uma volta de manhã, uma volta ao fim do dia, o que naturalmente não chegava para as encomendas todas. -----

----- Era uma questão que preocupava bastante e que estava vertida no Orçamento. Não se estava a considerar toda essa parte. -----

----- A isenção que a anterior Câmara decretou sobre a emissão das licenças de ocupação do espaço público em matéria de esplanadas, decretou mal e tinha sido crítico na altura. Era um Presidente da Junta engajado politicamente com o seu partido mas em defesa do território, quando fora necessário criticar as decisões da Câmara Municipal por achar que prejudicavam Santa Maria Maior estava sempre nessa linha da frente. Podia dar o caso do Martim Moniz, do alojamento local e tantas outras situações.-----

----- Nessa matéria chamou-se também à atenção para que as coisas não podiam ser como eram equacionadas e estava-se à vontade para assumir que era necessário a CML cumprir com as suas responsabilidades legais e se não tinha capacidade operacional para as cumprir, que não tinha durante o período de dia, então que conferisse às Juntas de Freguesia essa delegação de competências para poderem fazer. Isso tinha custos em pessoal, em material, em carros, em transportes, em combustíveis e essa verba era essencial que fosse garantida para as Juntas de Freguesia, para que assim pudesse continuar.-----

----- O dinheiro que foi cortado também pelo espaço público foi mal feito, porque o licenciamento era da Junta e a deliberação da Assembleia Municipal poderia ser ilegal. Não se levantaram grandes ondas sobre isso porque iriam isentar e porque estavam em plena pandemia, havia que estabelecer prioridades nos períodos mais decisivos, mas a verba que não tiveram durante dois anos de ocupação de espaço público, essencialmente das esplanadas, era a verba que permitia incrementar o apoio social.-----

----- Recebiam do FES da Câmara cerca de 150 mil euros ao ano mas gastavam do próprio Orçamento mais de 200 mil em apoio social e isso só era possível porque tinham a receita do espaço público, ou não seria possível de maneira nenhuma. Nessa perspetiva tinham um Orçamento cauteloso em relação ao futuro porque não se podiam comprometer a gastar aquilo que ainda não tinham a certeza de poder gastar. -----

----- De qualquer modo, sem prejuízo depois de todas as explicações que podiam ser dadas, por áreas de funções tinham um Orçamento dedicado à intervenção na comunidade, toda a área social e não só a assistência social mas também os projetos especiais, a Universidade Sénior, a Orquestra Juvenil, “Mesa dos Afetos”, cabeleireiro social, isso tudo. Tinham uma verba de mais de 800 mil euros dedicada a essa área. ----

----- Para a área do associativismo, coletividades e outras atividades, orçamento participativo que pensava estarem em condições de lançar nesse ano, dependendo da receita do espaço público mas tinham uma verba prevista de 336 mil euros. Para a gestão do território e espaço público, que incluía despesas de obras, ruas, passeios, habitações, tinham uma verba de 800 mil euros prevista mas não sabiam se poderiam realizar ou não. -----

----- Na área da limpeza urbana estava uma despesa a rondar um pouco mais de 1.700.000 euros, estando aí também os custos com pessoal agregado a essa área.-----

----- Depois havia um outro pacote que tinha a ver com as despesas administrativas, as rendas das sedes, os serviços administrativos, as prestações de serviços técnicos, material de escritório, material de limpeza, as contas da água, da luz, do gás. Era uma verba muito significativa com cerca de quatro milhões de euros. -----

----- Em resumo, era um total de Orçamento de 7.867.000 euros para o ano. Veriam se conseguiam realizar essa receita, porque se não conseguissem algumas das atividades previstas seriam certamente não realizadas.-----

----- Em matéria de Grandes Opções do Plano definiram-se alguns eixos de prioridades e a habitação continuava a ser a prioridade das prioridades. Não porque fosse uma competência da Junta de Freguesia, nada conferia às Juntas de Freguesia autoridade em matéria habitacional mas tinham consciência que a sucessiva gentrificação, a sucessiva desertificação do território tinha custos sociais, custos económicos, custos ambientais, custos de identidade sobre o território gravíssimos e a Junta de Freguesia tinha que se meter nesse combate através da influência, através da pressão, através de um conjunto de iniciativas que entendesse tomar. -----

----- Tivera oportunidade de referir isso ao Senhor Presidente da Câmara na reunião que tiveram e ele pareceu concordar com algumas das preocupações que lhe apresentara e que aliás não tinha sido o único Presidente de Junta de Freguesia a priorizar a questão da habitação. Porventura seria a Freguesia que mais pergaminhos tinha na denúncia da situação e no combate que foi feito. Aliás, também tivera oportunidade de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que pessoalmente se revia um bocado no objetivo da proposta que ele apresentou na Câmara Municipal e que toda a oposição, incluindo o seu partido, tomaram e disponibilizou-se para ajudar a construir uma nova proposta. Porventura aquela estava mal feita e poderia ter alguns problemas de constitucionalidade, mas estaria disponível para ajudar a fazer uma proposta que fosse mais passível de ser aceite por todos. -----

----- Era a favor de discriminações positivas para as pessoas que morassem em Lisboa e para as pessoas que saíram de Lisboa pouco tempo antes, sempre fora. Aliás, não entregava essa bandeira que era sua a outros e portanto não podia de maneira nenhuma mudar de opinião só porque o seu partido estava na oposição na CML. Não sabia se seriam dez ou quinze anos, quatro ou cinco, mas pelo menos desde que a “Lei Cristas” começou a dizimar o território, Cristas e Passos Coelho. -----

----- Tinham que conjugar isso com a constitucionalidade da Lei, que era o princípio universal de qualquer pessoa se poder candidatar a apoios sociais e uma habitação social era também um apoio. Haveria certamente margem para encontrar as soluções adequadas através de discriminações positivas perfeitamente justificáveis pelo assalto que havia ao território por parte da especulação imobiliária, dos vistos “gold”, da turistificação em massa, dos maus empresários, dos maus proprietários. Tudo isso justificava o princípio de discriminação positiva. -----

----- A habitação continuaria a estar no centro da preocupação e depois as questões da qualidade de vida, onde se incluía a higiene urbana, a mobilidade, as redes suaves de mobilidade sustentável, onde se incluía o direito dos cidadãos a terem estacionamento.

Incluía todo esse tipo de situações que também tinham originado alguma saída de pessoas, curiosamente até a classe média da Freguesia que se ia embora insatisfeita com o ruído, porque não tinha onde pôr o carro, porque havia muito barulho à noite, com um conjunto de situações que também perturbava quem tinha o direito ao descanso no território onde vivia. -----

----- Não podia surpreender muito, era o mesmo e a equipa era a mesma, tinham muito orgulho naquilo que fizeram até ao momento. Em certa medida o mandato que se iniciava era de continuidade ou em linha com o que se tinha feito, com mais ou menos dificuldade orçamental, naturalmente que enfrentando novas realidades e novos acontecimentos que poderia haver, mas também com a ajuda construtiva da Assembleia ali estariam para tentar enfrentar e fazer o melhor possível para as pessoas que moravam na Freguesia e que precisavam da solidariedade e do apoio da Junta e do interesse por elas. Isso ainda no quadro de uma pandemia que ia e vinha e que nunca sabiam o dia seguinte sobre muitas das coisas que se propunham fazer. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que nos diversos pontos que o Senhor Presidente apresentou, assim como no documento que foi facultado, não se encontrava nenhuma referência à questão da segurança e policiamento de proximidade. Não era uma competência direta da Junta, tal como não era a habitação e outras competências que o Senhor Presidente tinha enunciado. -----

----- Sendo um problema que se tinha agudizado na Freguesia, a questão da insegurança era um problema crescente, preocupava não ouvir uma referência da parte do Executivo a essa questão, ou essa preocupação existia mas não estava suficientemente detalhada para que a pudessem perceber e gostaria que esclarecessem esse ponto. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que antes de apresentar as três dúvidas que tinha sobre o Orçamento queria responder à provocação do Senhor Presidente da Junta. Não era que a Lei estivesse mal feita, não era uma Lei sofisticada e não era uma Lei que não permitisse a regulação e a sofisticação com outras Leis, corolários e regulamentos. -----

----- Lisboa tinha sido governada catorze anos pelo PS e também não era inconstitucional e nem era mal feita, como também não era mal feita e inconstitucional propaganda e falsas expetativas lançadas com a ausência de inscrição em orçamento municipal para a conclusão de políticas públicas. -----

----- Podia dizer, porque estava nessa área, que o... devolvia a Lisboa quarenta casas, era essa a realidade. Portanto, não iam chegar ao fim do século XXI a falar da “Lei Cristas”, muita coisa se podia ter feito e tinham todos que trabalhar para que se pudesse avançar e parar com esses mitos. Havia muito trabalho que podia ter sido feito e não foi e estavam numa situação péssima. -----

----- Sobre algumas dúvidas no Orçamento para 2022, a rubrica 02.010.202, relativamente a 120 mil horas extraordinárias, se fosse para higiene urbana talvez percebesse o reforço em horas extraordinárias mas ficava a dúvida porque não sabia se eram mesmo para aí. -----

----- A rubrica 02.010.211 tinha a ver com subsídio. Pelo que percebia, 150 mil horas extraordinárias na divisão de administração e finanças e a sua pergunta era se faziam assim tantas horas extraordinárias e se trabalhavam por turnos, porque isso era um subsídio de turnos. -----

----- O mapa de pessoal para 2022, a proporção de técnicos superiores aumentava bastante, quase triplicava, mas mantinha o mesmo número de assistente técnicos e operacionais especificamente nessa divisão de administração e finanças. Era para saber qual o motivo da alteração da proporção de aumento das chefias nesse caso. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que a sua questão resultava do discurso do Senhor Presidente da Junta em relação ao orçamento participativo. Tinha referido no discurso mas não o via em nenhum ponto do documento, nem no relatório nem em valores do Orçamento. Se pudessem esclarecer onde encontrar essa informação para perceber que verbas estavam efetivamente atribuídas para essa execução, agradecia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que não havia mais chefias, havia mais pessoal qualificado e ainda bem. Estavam bem servidos de assistentes técnicos e assistentes operacionais, o quadro de pessoal estava praticamente completo nessa matéria mas também precisavam de massa crítica e de outro tipo de profissionais no quadro das competências globais que as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa tinham e que eram completamente diferentes das outras Juntas de Freguesia. -----

----- O que se discutia atualmente e que por exemplo se abordou na reunião com o Presidente da Câmara, que também já se abordava com o anterior e era uma posição unânime de todos os Presidentes de Junta de Freguesia da Cidade de Lisboa, independentemente da sua origem partidária, era que deviam reivindicar ainda mais competências e sobretudo na área do urbanismo. Talvez não houvesse tanta marquete e tantos disparates se essas competências estivessem entregues às Juntas de Freguesia.---

----- Para exercer as competências não se fazia só com cantoneiros, que eram essenciais, sem eles estavam desgraçados na Freguesia, mas também tinha que se fazer com pessoal técnico qualificado para poder dar resposta a essas coisas. -----

----- Agradecia a questão colocada pelo Membro Hugo Duarte, tinha muita razão. De facto não havia uma linha sobre essa questão talvez porque das competências que não eram da Junta não se assumia como prioridade coisas que não podiam controlar diretamente. -----

----- Em relação à habitação tinham uma grande capacidade de pressão, em relação à segurança estavam muito dependentes das polícias e não obstante o bom diálogo que tinham com as cúpulas policiais. Reunia uma vez por mês com o Comandante da Polícia Municipal e com os responsáveis da PSP, tanto ao nível da esquadra como ao nível da divisão, mas havia algumas dificuldades. O Comandante da esquadra estava praticamente a mudar de três em três meses, o que era uma coisa muito aborrecida porque quando começava a tirar o pulso do território ia embora transferido. Esteve um mais de um ano, as coisas correram muito bem com ele mas foi transferido e estavam a começar com um novo.-----

----- Por outro lado havia uma grande instabilidade em relação ao futuro da Segunda Esquadra, na esquina da Rua da Prata, à qual eram intransigentemente contra o seu eventual fecho. Tinha dito isso em diversas instâncias e locais e a diversas pessoas. ----

----- A segurança era também uma prioridade e no dia em que pudessem fazer contratação, que estivesse regulamentada a atividade do guarda noturno, questão aliás falada na reunião com o Senhor Presidente da Câmara, estariam completamente disponíveis para assumir. -----

----- Tinham existido compromissos assumidos que a própria PSP não aproveitou. Já se esteve para consignar uma viatura à PSP desde que ela fizesse patrulha no território, mas a PSP não deu continuidade a essa proposta. Já não tinham essa disponibilidade orçamental, face às questões dos cortes que houve, mas não era um assunto fechado para a Junta.-----

----- Havia outras questões da segurança que não tinham a ver com a Junta mas que podia intervir mais. Uma Freguesia melhor iluminada era uma Freguesia mais segura e a iluminação dependia exclusivamente da Câmara Municipal. Era das tais competências que se calhar queriam reivindicar para as Juntas, pelo menos ao nível de poder substituir

lâmpadas. Não ao nível de arranjar avarias, porque aí não tinham de facto capacidade técnica nem responsabilidade e seria uma responsabilidade civil enorme, de repente rebentar com um quarteirão e ter que indemnizar restaurantes, hotéis, etc., por lhes causar prejuízos. Nenhuma Junta no seu bom juízo queria ficar com essa responsabilidade, mas para substituir as lâmpadas que fundiam não se importavam nada. De momento não podiam tocar num único candeeiro, muita gente pensava que sim mas não podiam, quando se via um candeeiro apagado ligavam à Câmara e depois os técnicos diziam que não era só essa Freguesia, que era a cidade inteira. Dependia da disponibilidade no momento.-----

----- A Junta nalguns sítios já tinha feito a sua própria iluminação, que era pôr projetores para a rua. Isso foi feito na Rua da Mouraria, no Chafariz de Dentro também e até por proposta do anterior Membro do BE para colocar na Rua dos Remédios garantira-lhe que iriam fazer isso e estavam a procurar criar as condições técnicas para ter um foco de luz ali sobre a rua para dar maior tranquilidade às pessoas. -----

----- Iluminação era essencial para uma melhor segurança pública, claro que sim. Eram os primeiros a dizer e também pugnavam muito por isso. -----

----- Quanto ao orçamento participativo era intenção começar o processo. Estavam à espera da transição de saldo porque no regulamento estava dito que o Executivo da Junta depois determinaria a verba a alocar a essa iniciativa. -----

----- Havia outras formas de orçamento participativo na Junta, não denominando como orçamento participativo mas por exemplo todo o apoio que davam às coletividades para um conjunto de atividades complementares às Juntas de Freguesia, eram mais de 100 mil euros. Também através do gabinete do empreendedorismo social. Não estavam completamente de costas viradas em relação à alocação de fundos para projetos dos cidadãos da Freguesia. Havia um espaço coworking e era uma forma também de apoiar, estava completamente ocupado de empresários que lá desenvolviam os seus projetos, tinham um prazo e se não conseguissem avançar com o projeto tinham que sair. Procurava-se com isso incentivar uma participação de jovens e não jovens para algum empreendedorismo na Freguesia. -----

----- **Doutora Filomena Marques** explicou que o Orçamento tinha uma estrutura orgânica e uma estrutura económica. Por imposição do SNC, o novo sistema de normalização contabilística, em 2018 foi necessário juntar todo o pessoal numa única rubrica orgânica. A divisão de administração e finanças englobava todo o pessoal da Junta de Freguesia, à exceção da higiene urbana que por questões de apresentação de contas e de justificação de verbas a fazer junto da Câmara Municipal por causa dos contratos de delegação era uma rubrica autónoma. -----

----- Na divisão de administração e finanças estavam incluídos todos os custos com pessoal da Junta, à exceção da higiene urbana. O valor de horas extraordinárias era de todo o pessoal da Junta, os subsídios de turno também eram de todo o pessoal da Junta. Por exemplo a aquisição de equipamento informática estava toda nessa divisão, equipamento administrativo e o software informático também. Porquê? Porque era muito mais fácil depois a nível de contabilidade no novo sistema contabilístico saberem a distribuição que era feita. -----

----- Se reparassem, o valor de horas extraordinárias da higiene urbana eram 240 mil euros, um pouco mais. Como o Senhor Presidente referira, havia pessoas que trabalhavam por turnos, de noite e ao fim-de-semana, em equipas constantes na limpeza urbana. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano para 2022**, tendo a Assembleia

deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS), 3 votos contra (PCP, PEV e BE) e 2 abstenções (PSD e CDS-PP).-----

----- Submeteu à votação a **Proposta de Orçamento para o ano 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS) 3 votos contra (PCP, PEV e BE) e 2 abstenções (PSD e CDS-PP). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa às deliberações acabadas de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4 – Aprovar o Mapa de Pessoal para 2022 (Proposta nº 18/2021-2025);**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2022 (Proposta nº 18/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PCP e PEV) e 3 abstenções (PSD, CDS-PP e BE).-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 5 – Apreciar a Informação Escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a componente mais importante da Informação Escrita foi a reunião de trabalho que os Presidentes das Juntas de Freguesia tiveram com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. O resto estava no texto e ficava disponível para esclarecer qualquer questão que quisessem colocar. -----

----- O que importava realçar de uma forma muito impressionante foi que havendo essa mudança de paradigma na CML, que resultava de um normal exercício democrático, era preciso continuar em frente e manter as melhores relações de trabalho institucionais. Naturalmente que essas relações seriam sempre melhores se as pessoas se dessem bem e houvesse uma grande urbanidade e cordialidade no diálogo. Isso estava garantido e portanto poderiam ter momentos divergentes, tivera também com a anterior gestão do Presidente Fernando Medina, era natural que as tivesse se achasse importante para a defesa do território mas certamente teriam muitos pontos de convergência porque todos pretendiam que as pessoas continuassem a ter confiança em quem elegeram independentemente da cor política de quem colocaram em determinado lugar.-----

----- Tinham que trabalhar em conjunto e tentar sempre encontrar as melhores soluções para os diversos problemas existentes na cidade. -----

----- Notara-se algum período de exaltação por uma certa recuperação das restrições da pandemia, infelizmente estavam a entrar num período de alguma incerteza e logo veriam. A primeira semana de janeiro seria uma semana de contenção e só estaria aberto o edifício sede da Junta, os outros estariam fechados, preferencialmente por teletrabalho em tudo o que fosse possível e cumprindo as normativas saídas do Governo. Isso não deixava de levar uma certa imagem depressiva junto das pessoas e esperava-se que fosse uma coisa transitória, podendo novamente recuperar alguma da movimentação que se verificava e procurando não cair nos mesmos erros, mas isso era um outro debate que a Junta de Freguesia procuraria lançar e liderar na medida do possível, sobre que modelo de cidade queriam ou que modelo de desenvolvimento queriam para o território de Santa Maria Maior.-----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** disse que gostaria de pedir mais esclarecimentos sobre a reunião com o Doutor Lopo Costa, do terminal de cruzeiros, perceber qual o objetivo da reunião, quais os tópicos. Perceber um pouco o que foi. ----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que em relação à segurança na Freguesia tinham acontecido episódios muito desagradáveis e não tinham certeza de nada, ouviam falar mas não sabiam se era assim, mas saber se na questão da esquadra da Rua da Prata o Senhor Presidente e o Executivo, apesar de não fazer parte das competências qualquer

tipo de influência, tinham feito alguma pressão ou se tinham algum conhecimento da esquadra se meter numa morada próxima dessa zona da Baixa e da Freguesia.-----

----- Tinham uma super esquadra na Rua da Palma mas sair dali a esquadra da Baixa, com tanta pressão turística e com tanta gente, parecia um pouco estranho. Não sabia se haveria mais alguma informação.-----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que as suas palavras eram de congratulação pela aprovação do Orçamento. Ao contrário do que o Senhor Presidente disse, não concordava que fosse um Orçamento de recessão, era um Orçamento solidário em tempos difíceis e não deixava nada para trás, nada ficava sem ser feito em linha de continuidade na Freguesia. Era um Orçamento preocupado com as contas da Junta de Freguesia, preocupado com as competências sociais e de higiene urbana e todo o trabalho que tinham acompanhado durante esses anos em que existia a reforma administrativa.-----

----- Deixava uma preocupação pessoal e de todos relativamente à segurança. Realmente a estrutura social da Freguesia tinha-se transformado de uma forma assustadora, a pandemia levou muitos dos habitantes, as reformas da Lei da habitação, fossem elas quais fossem, destruíram o tecido social e havia novas formas de habitação.-----

----- Infelizmente nessa semana presenciara uma situação anormal, a Freguesia já não era habitada por habitantes, eram pessoas de passagem, novos grupos de habitantes que se juntavam na Freguesia de sociedades diferentes da local, que tinham de compreender e acompanhar. Existiam situações de escravatura que denunciava e que estavam ligadas à habitação, prédios inteiros na Freguesia ocupados por cidadãos normalmente hindustânicos que iam ao encontro da pandemia e da relação da habitação com o alojamento local e com a atividade turística. Novas formas de ocupação do espaço que designavam de habitação e que era alarmante.-----

----- A denúncia era um ato de preocupação, a segurança era uma questão de todos e não só do Ministério da Administração Interna, não só dos tribunais. Era todo um conjunto que tinha que trabalhar e onde esperava que a Junta de Freguesia assumisse um papel junto das entidades competentes, que tinha assumido e disso era testemunha.-----

----- Em relação ao Orçamento e às dificuldades da Junta de Freguesia, era importante o diálogo mas também era importante que o novo Executivo da Câmara Municipal de Lisboa entendesse as competências que a Junta de Freguesia reclamava.-----

----- A fiscalização do espaço público e a fiscalização de proximidade dava capacidades que a CML nunca teria. Relacionadas com a ocupação e utilização do espaço público e não só para as esplanadas. Não entendia como as esplanadas no coração da Cidade de Lisboa, onde o metro quadrado atingia valores astronómicos, continuavam a ter o mesmo valor que tinham as esplanadas noutras Freguesias, como na zona de Chelas ou em Santa Clara.-----

----- Essa era uma preocupação que também tinha porque estava relacionada com a sustentabilidade assente num investimento relacionado com o turismo e com a retoma económica que todos desejavam. A fiscalização devia ser reforçada, aproximada do apoio e da reforma administrativa por forma a conseguirem responder melhor às necessidades dos fregueses, às necessidades do cidadão.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que não estava mencionada a reunião com os responsáveis da PSP. Pelo menos mensalmente o Senhor Presidente costumava levar a cabo essas reuniões e nesse caso não estava referida, mas certamente se recordaria de ter sido pedido um esclarecimento relativamente à falta de sequência nos processos de contraordenação aos indivíduos que vendiam louro na Baixa. Na altura o Senhor Presidente transmitiu que esses processos não tiveram sequência porque esses

indivíduos prestavam moradas falsas, a Junta enviava para essas moradas os autos de contraordenação e eles eram devolvidos.-----

----- A questão que queria colocar era se nas reuniões que teve ou que iria ter com a PSP entregava essa correspondência devolvida para que a PSP pudesse dar seguimento ao processo, pelo menos para averiguar uma questão de declarações falsas.-----

----- Colocava essa questão porque tinham reunido com a PSP algumas semanas atrás e o lamento que foi transmitido era que da parte da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior ainda não lhes tinha chegado qualquer informação relativa a essas correspondências que foram devolvidas para a Junta. A PSP não tinha forma de dar sequência a esse processo e indagar junto desses indivíduos, porque eles habitualmente estavam nos mesmos locais e às mesmas horas a fazer as mesmas coisas.-----

----- Essa falta de comunicação à data verificava-se e gostava de saber se continuava ou não, queria ter esse ponto de situação.-----

----- Quanto a reuniões, uma mera sugestão que queria deixar, porque não via elencada entre os diversos interlocutores da Junta de Freguesia, uma associação que fazia um trabalho meritório na proteção da calçada à portuguesa. Era a Associação da Calçada Portuguesa. Santa Maria Maior era um território onde tinha havido um cuidado meritório em termos gerais na preservação da calçada portuguesa mas já se iam vendo alguns exemplos de destruição de calçada, principalmente junto à frente ribeirinha, com substituição por outras soluções de pavimento falsamente apelidadas de cómodas, quando a calçada portuguesa bem executada e bem preservada era a solução mais cómoda para o utilizador.-----

----- Seria interessante porventura o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior poder estabelecer algum tipo de contacto com a Associação da Calçada Portuguesa, para que preventivamente soubesse como atuar ao receber queixas de que a calçada portuguesa estaria a representar um risco para os utilizadores ou que devia ser substituída por outro tipo de pavimento. Deixava esse alerta preventivo para que não acontecesse em Santa Maria Maior a destruição catastrófica que se ia observando noutras Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, em que nalguns casos a calçada estava a ser selvaticamente substituída por pavimentos muito piores até do ponto de vista do conforto e já nem entrava na questão estética.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse ter ideia que o Presidente dessa associação ser o Doutor António Prôa, que foi Vereador e Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Lisboa. Vários quadrantes políticos faziam parte dos órgãos sociais da associação.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** referiu que a própria Câmara Municipal de Lisboa era sócia fundadora dessa associação, mas depois a própria CML de certa maneira incentivava, pela sua inação, à destruição sistemática daquilo que deveria proteger.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Freguesia, nessa matéria, tinha ideia ser daquelas até que não só protegia como tentava preservar. Isso fazia alguma diferença mas noutros momentos poderiam permitir ao Senhor Presidente da Junta que levasse o recado aos deputados municipais.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha percebido um certo lamento por parte do Membro Hugo Duarte por ainda não estarem a agredir a calçada à portuguesa. Resolvera criticar as outras Freguesias mas não Santa Maria Maior, estava só a alertar para o futuro, porque não tinha apontado na Freguesia uma única destruição da calçada à portuguesa. Estava tranquilo com isso e tinha que ir passear por Carnide, pelas Avenidas Novas e por outros lados para ver como estava a calçada à portuguesa, porque em Santa Maria Maior quando intervinham procuravam preservar a calçada à portuguesa.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que tinha a ver com a zona em particular junto ao terminal de cruzeiros. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que tecnicamente esse território estava sob a tutela do Porto de Lisboa com gestão do Município. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a sugestão, aliás era uma oportunidade. O Doutor António Prôa, para além de adversário político, era um grande amigo seu pessoal. Quando dava aulas na universidade levava sempre o Doutor António Prôa para ir dar uma das aulas, para falar sobre o seu partido, como também levava o Deputado António Filipe para ir falar sobre o seu partido e o Doutor Jorge Coelho ou o líder do BE, para falarem sobre os seus partidos. -----

----- Seria mais uma oportunidade para estar com o Doutor António Prôa, que iria ser deputado, estava nas listas do PSD numa posição inequívoca. Esperava que o PSD tivesse uma grande derrota mas que o Doutor António Prôa fosse eleito. Felicitava a Doutora Xana Campos que fazia parte da lista mas esperava que não fosse eleita porque era sinal que o seu partido tinha perdido, mas felicitava-a por integrar a lista de deputados do PSD. -----

----- A sugestão era boa e não prometia fazer já a correr mas certamente que combinaria com ele uma reunião formal entre a Junta e a Associação da Calçada Portuguesa para verem o estado da arte na Freguesia. -----

----- Quanto à PSP, de facto não estava porque era o período da eleição, do início do mandato, da reconstituição de equipas. Muitas das coisas que faziam regularmente nesse período não as puderam fazer. Desde outubro contactos pessoais sim mas reuniões formais com a PM e a PSP... com a PM seria indelicado estar a reunir com o Comandante antes de saber na Câmara de quem era o pelouro. Com a PSP não aconteceu porque estavam nessa fase e tivera outras prioridades, designadamente preparar o Orçamento, que limitaram em muitas das coisas que teriam de fazer. -----

----- Não podia confirmar se devolveram as cartas por falsas moradas, veria isso junto dos serviços e procuraria responder. Entendia isso como um requerimento. -----

----- Era muito incómoda a questão dos indivíduos a vender louro e era claro que alguns não vendiam só louro, não eram tão inocentes quanto isso. Porém, apesar de tudo, era maior o alarmismo social que eles provocavam do que os factos em si e a verdade era que a PSP não os conseguia prender. Levava-os para a esquadra, tinham produtos que não eram proibidos e entrava-se no campo da contraordenação, depois eles voltavam a sair. Havia um contínuo jogo do gato e do rato. -----

----- O grande incómodo era que por vezes se tornavam violentos. Um colaborador seu muito próximo foi agredido por eles, mesmo no seu caso houve um dia em que lhe iam “fazer a folha” naquele momento porque se fizeram aqueles cartazes em colaboração com a PSP, denunciando que era louro e não haxixe, que se quisessem louro fossem à farmácia. Isso irritou-os bastante e houve um período em que estavam muito agressivos, mas era mesmo um problema de polícia e um problema de legislação. -----

----- O Presidente da Junta não era xerife, não tinha competências policiais nenhuma. Dizia-se à polícia, a polícia dizia que os levava e depois soltava-os, mandava os autos de contraordenação, eles apareciam ou não, era sempre uma coisa muito morosa e muito difícil. Procuraria informar-se sobre como estava esse estado da arte, mas era um campo de intervenção difícil. -----

----- Havia outras situações mais incomodativas na Freguesia. O perfil do vendedor de droga alterou-se profundamente no território. De indivíduos locais que não deixando de estar a exercer uma atividade criminosa mas estando apesar de tudo no seu próprio bairro, mais ou menos inseridos com a comunidade e tendo até os seus códigos de conduta, um bocado aquele princípio que se queriam fazer sarilhos iam para outro lado,

de repente foram substituídos por indivíduos de fora e que não tinham esse tipo de escrúpulos. -----

----- Enquanto Presidente de Junta e as polícias já confirmaram isso, começou-se a notar uma atividade ligada a esse negócio muito mais agressiva e prejudicial para as pessoas. O que lhe diziam era que o processo de investigação muitas vezes não seria compatível para obter uma condenação eficaz e efetiva, não era compatível muitas vezes com polícia na rua de cassetete, tinham que chegar aos cabecilhas. Tinha que tomar como boa essa informação, embora não ficasse satisfeito. -----

----- Havia um diálogo contínuo com a PSP sobre essa matéria, onde eles o procuravam convencer que estavam a fazer o seu trabalho. Procurava convencê-los que fizessem o seu trabalho mas era preciso mais visibilidade e mais presença afirmativa nalguns sítios, sobretudo nalgumas zonas da Mouraria e noutros sítios dispersos do território. -----

----- Estava-se a verificar que o perfil do dealer tradicional alterou-se e o que estava a implantar-se tinha muito menos escrúpulos do que os outros que estavam anteriormente. Tinham que continuar a monitorizar isso e a fazer pressão sobre a PSP, sem prejuízo de toda a intervenção que se procurava fazer para os miúdos dos bairros e social. A Junta foi empregadora de muitas pessoas que estavam a cair nessa atividade e queriam sair, com sucesso nalguns casos e com insucesso noutros, nem todos aproveitavam as oportunidades. -----

----- Quando se conseguia um sucesso já era uma grande vitória, era muito difícil, combatia-se com armas muito desiguais do ponto de vista material. Um ordenado que se pagava através da Junta era o que muitas vezes esses indivíduos ganhavam em seis ou sete dias. Havia que pensar outras formas integradas de intervenção sobre essa área, era necessário que assim fosse. -----

----- Eram recorrentes os boatos de que a esquadra ia fechar e não afirmava que a esquadra iria fechar, nem ninguém lhe tinha comunicado que a esquadra ia fechar. Quando entendera que esses boatos tinham apesar de tudo alguma substância e que ameaçavam poder ser alguma realidade fizera as suas movimentações, não só falar com o Ministro na altura, o Ministro Eduardo Cabrita, como aproveitando também uma conversa com o Primeiro-Ministro e alertá-lo, também com o Presidente da Câmara e dizendo-lhes que teriam uma oposição pública e veemente da Junta se porventura tentassem fechar. -----

----- Era essa a sua posição. Não tinha nenhuma informação que a esquadra ia fechar, de vez em quando ouvia boatos de que a esquadra estava para fechar e tentava aperceber da credibilidade de quem estava a espalhar o boato. A partir daí não podia relatar o que fazia em concreto mas tentava deixar um pré-aviso de luta, que se fizessem isso era um sarilho grave com a Junta de Freguesia e com a população do território porque não podiam perder aquela esquadra. Portanto, não tinha nenhuma informação que a esquadra estivesse para fechar mas tinha sempre um alerta porque tantas vezes se ouvia o boato que um dia podiam estar perante um facto quase consumado. -----

----- Tinha agendado na sua cabeça pedir uma reunião também ao Comandante Metropolitano da PSP para falar desse assunto. Não estava desatento, nunca seria conivente com o fecho da esquadra, não podia impedir mas estava a tentar deixar já uma posição bem marcada que não seria pacífica do ponto de vista público e político se tentassem fechar essa esquadra. -----

----- Agradecia as palavras do Membro Carlos Dias Torres, eleito pela lista que tinha encabeçado. Era evidente que tinham problemas complicados, a situação da habitação das comunidades que ali viviam e que laboriosamente e honestamente trabalhavam no território de uma forma pacífica e integrada era uma situação muito difícil. Tinham uma “Odemira” ali dentro mas se tivesse que apontar o dedo era a empresários sem

escrúpulos, na sua maioria portugueses, de pele branquinha, que queriam ganhar muito dinheiro e que faziam uma espécie de alojamento local clandestino e não declarado, que compravam casas para depois alugar a pessoas que iam para ali trabalhar e em regime quase de cama quente. Pensava que todos perceberiam o que era o regime de cama quente. -----

----- Não estava no âmbito da Junta fazer isso, não tinha recursos e tinha outras prioridades enquanto Presidente, mas deveria ser bem investigado e mediatizado por quem o podia fazer. Esperava que estivesse a ser bem investigado, não sabia porque não foi ainda mediatizado, mas todos tinham consciência de um grande regime de exploração que havia no território sobre as questões da habitação. -----

----- Isso estava correlacionado com um debate que haveria na Assembleia Municipal sobre a mesquita de Lisboa. Um partido populista de extrema direita, o Chega, tinha uma moção para se anular uma decisão da Câmara aprovada por unanimidade de todas as forças políticas democráticas e aprovando a construção da mesquita na Rua do Benfornoso. Era uma moção para revogar essa decisão e introduzindo um discurso perfeitamente irrealista. -----

----- Não havia comunidades islâmicas radicalizadas no território. Podia haver um ou dois indivíduos mas não tinham comunidades islâmicas radicalizadas, mesmo as notícias de conflitos eram à volta de negócios e de rivalidades geográficas do seu próprio país, coisas muito circunscritas. Deviam estar muito satisfeitos porque tinham ali umas das comunidades islâmicas mais tranquilas do mundo e não fossem radicalizá-los por estarem a hostilizá-los permanentemente. -----

----- Poucas pessoas sabiam mas por exemplo uma das procissões mais iconoclastas e aliás mais bonitas da Cidade de Lisboa, a procissão da Senhora da Saúde, católica, o líder da comunidade do Bangladesh integrava-se nessa procissão e era islâmico. -----

----- Não havia um problema religioso na Cidade de Lisboa, não tinham um problema de radicalismo de nenhum tipo, nem católico, nem protestante, nem islâmico, nada, não fossem criá-lo artificialmente para retirar a partir daí qualquer dividendo político junto das pessoas menos esclarecidas e mais assustadas, mais preocupadas porque andavam indivíduos a vender droga ali à esquina. A partir daí era fácil cair na xenofobia. -----

----- Havia de facto um problema de exploração, por acaso era sobre essas comunidades, como certamente os portugueses seriam explorados em muitos sítios, na Suíça, em França, etc. Tinha andado por lá antes do 25 de Abril, anos oitenta e anos setenta, e sabia muito bem como era a comunidade portuguesa lá fora, também eram todos explorados pelos franceses e por quem se metia nesse tipo de negócios. -----

----- Era um problema que certamente merecia atenção, mas não pensassem que era a Junta a solucionar isso. O que tinham a alertar faziam nos canais próprios, mas não havia nada para acrescentar nessa matéria. -----

----- Em relação à conversa com o Doutor Lopo da Costa, não era eticamente correto que revelasse uma conversa tida com outra entidade, mas podia dizer que foi a pedido dele. Era o novo diretor e fez aquilo que o outro nunca fez, foi querer apresentar cumprimentos ao Presidente da Junta de Freguesia. Não tinha com ele discutido as questões de fundo mas dava a sua opinião, que o terminal de cruzeiros era uma fonte de poluição do território e que precisava de se modernizar do ponto de vista das energias. Disse-lhe também que o terminal fosse terminal e não um parque de diversões a incomodar a população de Alfama. -----

----- Já estavam ali a pensar fazer festas, rentabilizar, mas não queriam nada disso. Não queriam barulho, a sua posição era de que aquilo devia fechar tudo às onze da noite e não viessem com esse tipo de propostas, de ideias de parceria, porque estavam contra e ativamente contra. -----

----- A verdade era que estava prevista uma e não aconteceu, não sabia que razão teria sido. Só tinha que apesar de tudo registar positivamente que o diretor do terminal de cruzeiros recentemente empossado quis falar com o Presidente da Junta, coisa que nenhum outro com grande soberba entendeu falar, não obstante ao fim de um ano de exercício do mandato ter pedido uma audiência que nunca foi concedida. Esse quis falar e registava como positivo. Era o que podia dizer sobre a conversa com ele.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** começou por elogiar a posição clara do Executivo relativamente à hipotética intenção de fecho da esquadra da Rua da Prata e que se essa intenção porventura fosse avante os eleitos da CDU estariam ao lado do Executivo nessa luta. -----

----- Em relação ao tópico da calçada à portuguesa, não era um lamento, era um elogio pelo cuidado que tinha havido na preservação da calçada. A tendência que se tinha verificado noutras Freguesias felizmente ainda não chegou ali, mas não era um elogio isento de alguma preocupação. Havia alguns exemplos, em frente à Casa dos Bicos todo aquele arruamento, a área de pavimento de calçada portuguesa foi drasticamente reduzida e o pavimento que lá estava a servir as esplanadas era completamente descaracterizado e desconexo da história do território.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que esse foi um projeto de reabilitação da Câmara Municipal de Lisboa, não foi da Junta.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que estavam de acordo, mas a Junta tinha que ter uma posição nessa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que na altura não tiveram uma posição contra o projeto, exigiram os parques infantis que lá estavam e ganharam porque não estavam previstos parques infantis. Independentemente do que lá estava, a situação anterior era degradante e cem mil vezes pior.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que estava de acordo mas ficava o alerta. -----

----- **Membro Catarina de Medeiros (BE)** referiu que o seu pedido de esclarecimento sobre o Doutor Lopo Costa era com o objetivo de perceber a temática da conversa. Saudava o facto de estarem alinhados porque a preocupação do BE era o número de cruzeiros que começava a aumentar no terminal e que tinha impacto na cidade mas com um impacto muito direto na Freguesia, na biodiversidade do Tejo, poluição sonora. ----

----- O BE fez uma proposta na Assembleia Municipal para que houvesse uma transição energética no terminal de cruzeiros, para passar de um abastecimento cem por cento a gasóleo e haver um ponto de ligação elétrico, o qual foi aprovado mas nunca foi executado e seria uma coisa bastante benéfica para a Freguesia e para a Cidade de Lisboa. -----

----- Também estavam preocupados pela posição pública que o Governo teve, de que o número de cruzeiros na cidade não era um problema porque pagavam uma taxa e a partir dessa taxa ficava tudo resolvido. -----

----- Os problemas ambientais e de saúde da cidade não eram assim facilmente resolvidos pela entrada de dinheiros. Esperava continuar a contar com o apoio do Senhor Presidente. Via que estavam alinhados para defender essa questão. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** desejou a todos as melhores festas possíveis. Naturalmente que seriam todos solidários e fazer o melhor que sabiam em prol da defesa das pessoas, ainda que com pontos de vista diferentes. Individualmente o maior dos sucessos e boa saúde para todos.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** desejou a todos um santo e feliz Natal.-----

----- Concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO_____2°.SECRETÁRIO_____ -

-----O PRESIDENTE-----